IDENTIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARCILENE FRANCISCA DA SILVA

RESUMO
Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da construção da identidade e do desenvolvimento da autonomia na Educação Infantil, compreendendo-os como pilares fundamentais no processo de formação integral da criança. Com base em aportes teóricos de autores como Vygotsky, Wallon e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a pesquisa discute como práticas pedagógicas intencionais e respeitosas podem favorecer a construção da identidade individual e coletiva, bem como a autonomia progressiva das crianças pequenas. A partir de uma análise qualitativa e bibliográfica, o trabalho destaca a relevância das interações, brincadeiras, rotinas e ambientes educativos como elementos estruturantes para o desenvolvimento dessas competências. Promover a identidade e a autonomia é garantir à criança o direito de ser sujeito ativo em seu processo de aprendizagem. A identidade, enquanto processo contínuo e dinâmico, é construída nas interações sociais, por meio do reconhecimento das singularidades e do sentimento de pertencimento. Já a autonomia envolve o desenvolvimento de habilidades que permitem à criança tomar decisões, resolver problemas, expressar sentimentos e agir com responsabilidade, sempre respeitando seu tempo e suas capacidades. A mediação do educador é essencial nesse processo, pois é por meio da escuta atenta, da oferta de escolhas e da valorização da iniciativa infantil que se potencializam as experiências formativas. Nesse sentido, o trabalho evidencia que a promoção de práticas educativas que incentivem a participação ativa das crianças, o respeito às suas identidades culturais e o fortalecimento de sua autonomia contribui para a formação de sujeitos críticos, confiantes e socialmente engajados. Ao reconhecer a criança como protagonista de seu desenvolvimento, a Educação Infantil fortalece sua função social, promovendo uma educação baseada em direitos, afetos e respeito às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Identidade. Autonomia. Desenvolvimento Infantil. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa a etapa inicial da Educação Básica, tendo como principal objetivo garantir o desenvolvimento completo da criança nos aspectos físico, emocional, cognitivo e social. De acordo com os princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca-se a importância da construção da identidade e do fortalecimento da autonomia, considerados pilares fundamentais na formação do sujeito. A formação da identidade e o desenvolvimento da autonomia são processos que se iniciam desde os primeiros anos de vida e acontecem por meio das interações que a criança estabelece no ambiente social, cultural e afetivo. Desde muito pequena, ela começa a construir uma percepção sobre si mesma, baseada nas relações com as pessoas e com o meio em que vive. É nesse convívio que a criança começa a entender quem é, quais são seus sentimentos, suas capacidades e como é percebida pelos outros. Esses processos são contínuos, dinâmicos e profundamente condicionados pelo contexto social, histórico e cultural, como apontam diversas teorias do desenvolvimento infantil e da pedagogia.

Dentro desse contexto, a escola se configura como um espaço fundamental de socialização e construção de significados. Ao interagir com diferentes colegas e adultos, a criança amplia suas percepções sobre o mundo, aprende a lidar com regras, desenvolve empatia e fortalece tanto sua identidade pessoal quanto social. A instituição escolar também oferece inúmeras oportunidades para que a criança exercite sua autonomia, seja ao escolher atividades, resolver pequenos conflitos, expressar seus sentimentos ou assumir responsabilidades no dia a dia.

Para que esse processo aconteça de forma efetiva, é indispensável que os profissionais da educação compreendam profundamente as etapas do desenvolvimento infantil e

adotem práticas pedagógicas que respeitem os ritmos e as particularidades da infância. Isso requer a criação de ambientes que valorizem a expressão individual, o respeito à diversidade, o incentivo ao diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Conforme ressalta Oliveira (1992), o papel do educador é atuar como mediador, promovendo situações que estimulem a participação ativa das crianças e fomentem relações pautadas na ética e no respeito mútuo. Dessa maneira, promover a construção da identidade e o desenvolvimento da autonomia vai muito além de permitir que a criança realize tarefas isoladas. Trata-se de reconhecer que ela é um sujeito de direitos, capaz de refletir, tomar decisões e participar ativamente do convívio social. Nesse processo, a criança desenvolve não só competências cognitivas, mas também habilidades socioemocionais indispensáveis para sua formação integral.

Este artigo tem como proposta refletir sobre a relevância dos processos de construção da identidade e da autonomia na Educação Infantil, além de discutir estratégias pedagógicas que favoreçam essas dimensões. O trabalho fundamenta-se em autores que dialogam com a perspectiva histórico-cultural, a psicogênese e nos documentos oficiais que orientam a prática educativa. A identidade é compreendida como o reconhecimento de si e o sentimento de pertencimento a um grupo, sendo construída a partir das interações significativas que a criança estabelece no seu cotidiano. Já a autonomia refere-se à capacidade de agir de forma independente, resolver situações do dia a dia, compreender regras e desenvolver responsabilidade sobre suas ações.

Dentro dessa perspectiva, o papel do professor é indispensável, pois ele se torna mediador entre o conhecimento, o espaço e as experiências das crianças. Uma prática pedagógica bem estruturada contribui para fortalecer o protagonismo infantil, promover a escuta sensível e valorizar a cultura da infância. Dessa forma, é fundamental que os educadores estejam atentos às especificidades de cada criança, respeitando seus tempos, interesses e trajetórias individuais.

A abordagem metodológica utilizada na elaboração deste artigo é de natureza qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, visando aprofundar a reflexão teórica sobre o tema. Foram analisados autores como Vygotsky, Wallon, Piaget e Barbosa, além de documentos orientadores como a BNCC (2017) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998). A intenção é compreender de que forma a organização do ambiente, o planejamento intencional e as interações no cotidiano podem colaborar para fortalecer a construção da identidade e o desenvolvimento da autonomia de maneira efetiva e respeitosa.

O conteúdo está organizado em duas partes principais: a primeira aborda a construção da identidade na infância, explorando fundamentos teóricos e práticos desse processo no contexto educacional. A segunda parte discute o desenvolvimento da autonomia, destacando práticas pedagógicas que estimulam a capacidade de tomar decisões, resolver problemas e exercer cidadania desde a primeira infância.

Por fim, nas considerações finais, ressalta-se a importância de uma prática pedagógica comprometida com os direitos das crianças, que respeite suas singularidades e promova experiências que sejam significativas. Reconhecer a criança como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos e participar de maneira efetiva do seu processo de desenvolvimento, é fundamental para garantir uma Educação Infantil mais justa, sensível e transformadora.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A construção da identidade é um processo permanente que envolve o desenvolvimento da percepção que o indivíduo tem de si, considerando seus aspectos físicos, emocionais e sociais, além do sentimento de pertencimento aos grupos culturais dos quais faz parte. Segundo Dubar (1997), a identidade não é algo estático ou pré-estabelecido, mas sim fruto de construções sociais e históricas, sendo constantemente moldada pelas interações interpessoais e pela linguagem. Na fase da infância, esse processo acontece a partir das relações afetivas, das interações com outras crianças e adultos, da exploração do próprio corpo, do meio em que vive e do contato com as expressões culturais. A escola, nesse sentido, deve ser um ambiente

onde a criança se sinta reconhecida, acolhida e valorizada, tendo suas particularidades respeitadas e inseridas no convívio coletivo. Assim, cabe ao educador adotar práticas que favoreçam a escuta ativa, o acolhimento e a valorização das diferentes formas de ser e se expressar da criança.

A construção da identidade está profundamente relacionada às experiências que o sujeito vivencia em diferentes contextos sociais ao longo de sua vida. Como afirma Dubar (1997):

"A identidade é, portanto, o resultado de um processo de socialização e de individuação que articula trajetórias sociais e biografias individuais. Ela não é dada de uma vez por todas, mas se constrói e reconstrói permanentemente nas interações sociais. A identidade não é a permanência do mesmo, mas a construção contínua do si mesmo" (DUBAR, 1997, p. 15).

Essa perspectiva reforça a importância de ambientes educativos que valorizem a história, a cultura e as expressões individuais das crianças, permitindo-lhes construir uma imagem positiva de si, reconhecendo suas origens e diferenças como elementos de riqueza. Assim, ao vivenciar contextos que possibilitem o pertencimento, a participação e o protagonismo, a criança fortalece sua identidade pessoal e social, compreendendo-se como parte integrante do mundo e capaz de transformá-lo.

Vygotsky (2000) argumenta que o desenvolvimento ocorre por meio da mediação do outro, sendo as interações sociais o motor do crescimento psíquico. Assim, o contato com o grupo, com diferentes culturas e modos de ser, permite à criança ampliar a percepção de si mesma e dos demais, consolidando sua identidade.

A partir da perspectiva histórico-cultural, a constituição da identidade está profundamente relacionada ao meio em que a criança está inserida. As experiências sociais, culturais e simbólicas que vivencia são fundamentais para sua formação como sujeito. Vygotsky destaca que:

"O ser humano se forma nas relações sociais. Toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e depois no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), depois no interior da criança (intrapsicológica)" (VYGOTSKY, 2000, p. 112).

Esse princípio ressalta a relevância do ambiente educativo como um espaço onde acontecem diversas interações e aprendizagens significativas. A mediação realizada pelos adultos, somada à convivência com outras crianças, proporciona trocas fundamentais que contribuem para a formação da consciência e para o fortalecimento da identidade. Ao ser reconhecida em sua singularidade e, ao mesmo tempo, perceber o outro, a criança desenvolve sentimentos de pertencimento, segurança emocional e autoestima. Conforme aponta Oliveira (1993), o desenvolvimento humano ocorre de maneira dialética, onde as experiências vividas são internalizadas e transformadas em estruturas mentais mais complexas, incluindo a construção da própria imagem e a forma como a criança se posiciona no mundo. Complementando essa visão, Sarmento e Pinto (2005) afirmam que "a infância é uma etapa com valor em si mesma, e não apenas uma preparação para a fase adulta". Por isso, é dever da escola garantir que esse tempo seja vivido de maneira plena, promovendo experiências que valorizem e fortaleçam as diferentes formas de expressão e identidade das crianças.

Diante desse cenário, favorecer a construção da identidade na Educação Infantil significa oferecer oportunidades para que a criança se expresse, explore variadas linguagens, compartilhe suas vivências, conheça e valorize a diversidade, além de ser reconhecida como sujeito de direitos. A valorização das relações sociais e das manifestações culturais desde os primeiros anos de vida contribui para a formação de indivíduos mais conscientes de si, do outro e preparados para conviver em uma sociedade diversa e plural.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) reforça que é através das interações sociais e da participação em práticas culturais significativas que a criança vai, gradativamente, construindo a sua percepção de si mesma. Por isso, é fun-

damental que o ambiente educativo ofereça experiências pautadas no diálogo, na escuta ativa e na participação. Nesse contexto, as interações e as brincadeiras assumem um papel central na prática pedagógica, pois permitem que a criança se reconheça como protagonista de suas ações e das relações que estabelece com os outros.
Segundo o documento:

"A identidade pessoal vai sendo construída na medida em que a criança se reconhece como alguém diferente dos demais e é reconhecida pelos outros como alguém com um nome, uma história, desejos e sentimentos próprios. [...] O processo de construção da identidade ocorre simultaneamente ao processo de socialização, sendo as interações sociais um espaço privilegiado para esse desenvolvimento" (BRASIL, 1998, p. 23).

Portanto, o papel do professor é criar contextos que possibilitem a expressão da identidade das crianças, valorizando suas histórias, suas formas de comunicação, suas escolhas e suas emoções, promovendo um ambiente acolhedor, seguro e estimulante.
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) também destaca que o educador deve garantir experiências que respeitem e promovam os direitos de aprendizagem das crianças, assegurando seu direito de participar ativamente do processo educativo.
Em consonância com essa perspectiva, Barbosa (2006) afirma que "crianças pequenas precisam viver em ambientes que lhes ofereçam múltiplas oportunidades para expressar-se, comunicar-se e negociar sentidos, de modo que sua identidade possa ser construída de forma positiva e segura". Essa afirmação ressalta a necessidade de criar contextos educativos que sejam verdadeiramente inclusivos e significativos para as crianças, onde elas possam se reconhecer, ser reconhecidas e se desenvolver como sujeitos singulares e sociais.
Na prática pedagógica, isso se traduz na criação de espaços e experiências que representem a diversidade cultural, étnica, linguística e social das crianças, valorizando suas origens, histórias e modos de ser. As histórias contadas, as músicas cantadas, os objetos presentes na sala, os materiais disponibilizados e as rotinas estabelecidas devem refletir o universo simbólico das crianças, permitindo-lhes sentir-se pertencentes, respeitadas e valorizadas. Segundo Oliveira (2002), o sentimento de pertencimento é essencial para que a criança desenvolva uma autoimagem positiva e confiante, condição indispensável para o exercício da autonomia e da identidade.
O professor, nesse contexto, deve agir como um mediador sensível e atento, que observa cuidadosamente as manifestações das crianças e responde a elas com escuta ativa, acolhimento e intenção educativa. Promover o protagonismo infantil implica permitir que a criança tenha voz e vez, que participe das decisões cotidianas, que expresse suas ideias, sentimentos e opiniões, e que experimente formas próprias de se comunicar com o mundo.
Como destaca Rinaldi (2001), o papel do adulto é o de escutar as cem linguagens da criança – seus gestos, desenhos, palavras, brincadeiras – e acolher essas expressões como legítimas formas de pensamento e construção de conhecimento.
Ao promover relações respeitosas, valorizar a diversidade e reconhecer as múltiplas formas de expressão da criança, o educador contribui diretamente para o fortalecimento da identidade pessoal e coletiva, bem como para a construção de uma autonomia ética e social. Isso significa não apenas reconhecer a criança como um sujeito de direitos, mas também garantir que esses direitos se realizem no cotidiano da instituição educativa, por meio de práticas que afirmem a dignidade, a liberdade e o protagonismo desde os primeiros anos de vida.
Em síntese, o fortalecimento da identidade e da autonomia infantil não depende apenas do currículo prescrito, mas da forma como esse currículo se concretiza nas relações cotidianas entre crianças, professores, famílias e espaços educativos. Cabe ao educador ser o articulador dessas experiências, promovendo um ambiente no qual a criança se sinta segura para ser quem é, ao mesmo tempo em que aprende a conviver, respeitar e colaborar com os outros.

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA NA

A autonomia, compreendida como a habilidade de agir de forma independente, fazer escolhas e tomar decisões com responsabilidade, é construída de maneira gradual desde a infância. Esse desenvolvimento envolve aspectos cognitivos, emocionais e sociais, sendo essencial para o crescimento integral da criança. Cada conquista no cotidiano, como alimentar-se sozinha, escolher uma brincadeira ou expressar seus pensamentos, contribui para fortalecer sua autoestima, aumentar a autoconfiança e desenvolver, de forma progressiva, a capacidade de enfrentar desafios e compreender limites.

De acordo com Jean Piaget (1973), a autonomia moral surge quando a criança deixa de obedecer de forma automática à autoridade e passa a entender o sentido das regras, participando ativamente da sua construção. Para o autor, esse desenvolvimento ocorre em contextos que favorecem o diálogo, a cooperação e o respeito mútuo, e não por meio de ordens rígidas. Assim, a criança aprende a agir com responsabilidade à medida que vivencia situações coletivas, reflete sobre as consequências de seus atos e começa a considerar as perspectivas dos outros.

Nesse sentido, a autonomia não é algo inato, mas fruto das interações sociais que a criança estabelece ao longo de sua trajetória. Pesquisas na área do desenvolvimento humano indicam que é papel da escola criar ambientes que incentivem a participação ativa da criança, respeitando seus tempos, suas iniciativas e suas formas particulares de se expressar. Para Oliveira (1992), promover a autonomia significa reconhecer a criança como um ser ativo, capaz de aprender a partir das experiências e das relações que constrói.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) também aponta a construção da autonomia como um dos direitos de aprendizagem na Educação Infantil. Esse direito deve ser garantido através de práticas que estimulem a curiosidade, a investigação, a resolução de problemas e o entendimento das regras de convivência, sempre em um ambiente acolhedor e desafiador. A presença de rotinas adaptáveis, espaços acessíveis e uma escuta atenta por parte dos adultos são elementos fundamentais nesse processo.

Barbosa e Horn (2008) reforçam que é papel do professor criar situações em que as crianças possam fazer escolhas verdadeiras e assumir responsabilidades adequadas à sua idade e desenvolvimento. Isso vai além de apenas distribuir tarefas, reconhecendo nas pequenas decisões diárias — como escolher o colega para brincar ou como organizar seus materiais — momentos ricos de aprendizado. Para que a autonomia se desenvolva, é necessário que o educador tenha intencionalidade pedagógica, sensibilidade e, sobretudo, confiança nas capacidades da criança. É fundamental que ela tenha espaço para experimentar, errar, acertar e aprender com suas próprias vivências, fortalecendo assim sua imagem como alguém capaz de pensar, decidir e agir no mundo de forma consciente e responsável.

A BNCC (BRASIL, 2017) ressalta que promover a autonomia na Educação Infantil significa garantir que as crianças participem ativamente das escolhas que dizem respeito ao seu dia a dia, explorem os ambientes com segurança, expressem suas opiniões e, aos poucos, aprendam a lidar com os limites e as consequências de seus atos. Nesse contexto, a autonomia não se refere à independência total, mas sim a um processo gradativo de construção da capacidade de decidir, assumir responsabilidades e agir com criticidade em relação a si mesmas e aos outros.

Na prática pedagógica da Educação Infantil, estimular a autonomia significa oferecer situações em que a criança possa se envolver de forma significativa nas rotinas e nas atividades diárias. Isso inclui possibilitar que ela execute pequenas tarefas sozinha, como organizar seus objetos, escolher materiais, colaborar na arrumação dos ambientes ou servir-se de alimentos. Segundo Campos, Fülöp e Wiggers (2006), essas experiências são fundamentais para que a criança desenvolva uma autoimagem positiva, percebendo-se como capaz e valorizando suas próprias iniciativas. Além disso, a autonomia também está diretamente relacionada à capacidade de expressar sentimentos e de resolver conflitos, com o apoio e orientação dos adultos. Ao ser incentivada a nomear suas emoções, a criança aprende tanto a compreender seus próprios sentimentos quanto os dos

colegas, desenvolvendo habilidades socioemocionais essenciais para a vida em grupo. Para Oliveira (2002), é na convivência com os pares e no suporte dos adultos que a criança aprende a negociar, argumentar, ceder e propor soluções, fortalecendo sua capacidade de agir com empatia e responsabilidade.

Diante disso, é imprescindível que o ambiente educativo seja cuidadosamente planejado, oferecendo condições para que a criança explore, descubra e aprenda de maneira livre e segura. Isso envolve disponibilizar materiais acessíveis, organizar os espaços de forma atrativa e garantir uma rotina que respeite o ritmo de cada criança. Barbosa e Horn (2008) destacam que, quando a criança tem liberdade para criar, experimentar e imaginar, ela se apropria do espaço escolar como um local de pertencimento e protagonismo, o que é essencial para sua construção de autonomia. Nessa perspectiva, o papel do professor é ser um mediador sensível, que apoia sem intervir excessivamente, oferecendo um equilíbrio entre proteção e liberdade. Assim, educar para a autonomia exige acreditar nas potencialidades da criança e oferecer um ambiente que incentive escolhas, decisões e a vivência de regras construídas coletivamente, reconhecendo que a autonomia é tanto um direito quanto um objetivo fundamental da Educação Infantil.

É necessário que o educador não substitua ou antecipe ações que a criança é capaz de realizar, mas sim que ofereça apoio, incentive a iniciativa e respeite o ritmo de cada uma. Como destaca Barbosa (2006), "não se trata de deixar a criança sozinha, mas de estar junto com ela, sem fazer por ela". Essa postura de presença atenta e respeitosa permite que a criança enfrente desafios compatíveis com sua fase de desenvolvimento, fortalecendo sua autoconfiança e a percepção de que é capaz de realizar, por si mesma, diversas tarefas.

O educador, nesse processo, deve assumir uma postura que incentive o protagonismo infantil, encorajando as crianças a explorarem, tomarem decisões, resolverem conflitos e expressarem suas ideias. Isso exige uma escuta atenta e sensível, capaz de valorizar cada tentativa, mesmo quando ela envolve erros. Como reforçam Oliveira e Salles (2015), a autonomia não é algo que se impõe, mas que se constrói num ambiente em que a criança se sinta segura para experimentar, refletir e aprender a partir de suas próprias experiências.

Ter ambientes bem organizados, materiais que estejam ao alcance das crianças, rotinas claras, porém flexíveis, e adultos que escutem de forma atenta são condições fundamentais para que a autonomia se desenvolva. Esses elementos do cotidiano escolar, quando pensados de forma intencional, permitem que as crianças sejam protagonistas de sua aprendizagem. Segundo Kramer (2006), ao garantir espaços de participação efetiva, o educador reafirma o direito da criança de ser sujeito de sua própria história, reconhecendo seu valor e sua capacidade de transformar o ambiente em que vive.

Além disso, é essencial que o educador confie no potencial da criança, compreendendo que o erro faz parte do processo de aprender. Estimular a tomada de decisão, mesmo em ações simples do dia a dia, ajuda a criança a desenvolver senso de responsabilidade e reflexão sobre seus atos. Nessa perspectiva, o professor deixa de ser o único transmissor de conhecimento e passa a atuar como um parceiro no processo de construção do saber, estimulando a autonomia sem abrir mão do cuidado e da orientação.

Portanto, promover a autonomia na Educação Infantil vai além de uma prática pedagógica: trata-se de uma escolha ética, que reconhece a criança como um ser capaz de pensar, agir, sentir e construir significados sobre o mundo. Cabe ao educador proporcionar espaços e relações que respeitem e valorizem essa competência, contribuindo para uma educação mais democrática, sensível, participativa e comprometida com o desenvolvimento integral desde os primeiros anos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade e o desenvolvimento da autonomia são processos fundamentais e indissociáveis na trajetória da criança, especialmente durante a Educação Infantil. Esses dois eixos estruturantes se entrelaçam e se retroalimentam à medida que a criança cresce, interage, experimenta o mundo e a si mesma. Ao longo deste artigo, buscou-se refletir sobre a importância de

proporcionar experiências significativas que contribuam para o fortalecimento da identidade e para a conquista progressiva da autonomia infantil, a partir de uma perspectiva pedagógica sensível, intencional e comprometida com os direitos da criança.

Com base em referenciais teóricos como Vygotsky, Piaget, Wallon, Barbosa e nos documentos oficiais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi possível compreender que a identidade da criança não é algo dado ou imutável, mas um processo social e histórico em constante construção. Da mesma forma, a autonomia não se resume à capacidade de fazer coisas sozinhas, mas envolve a tomada de decisões, a responsabilidade pelas próprias ações, a autoconfiança e a compreensão das relações interpessoais.

O papel da escola e, sobretudo, do educador, é central nesse processo. Cabe ao professor garantir que o ambiente educativo seja acolhedor, democrático e rico em possibilidades de expressão, comunicação, descoberta e participação. Crianças pequenas necessitam de adultos que as escutem, as incentivem e confiem em suas capacidades. O adulto não deve antecipar soluções, mas oferecer suporte e desafios compatíveis com a zona de desenvolvimento proximal, conforme defende Vygotsky (2000). Isso implica respeitar o tempo de cada criança, reconhecer suas singularidades e permitir que ela vivencie situações nas quais possa experimentar, errar, acertar, negociar e se autorregular.

A valorização da escuta ativa, da observação sensível e do planejamento intencional são elementos-chave para a atuação docente que visa promover a identidade e a autonomia.

Um professor atento às manifestações infantis será capaz de perceber quando uma criança está pronta para avançar em determinado aspecto do seu desenvolvimento, bem como quando ela precisa de apoio emocional, incentivo ou reorganização do ambiente. É nessa mediação qualificada que se constrói um contexto educativo potente, que reconhece a criança como protagonista e como sujeito de direitos.

Outro aspecto fundamental discutido neste trabalho foi a importância dos espaços e materiais como elementos mediadores no processo de construção da autonomia e da identidade. Ambientes organizados, esteticamente cuidados, acessíveis e desafiadores estimulam a iniciativa, a curiosidade, a interação e a responsabilidade. A forma como os adultos organizam as rotinas e as experiências do cotidiano escolar também influencia diretamente o modo como a criança se percebe e atua no mundo. Quando ela é convidada a participar das decisões, a cuidar de seus pertences, a resolver pequenos conflitos, a escolher suas atividades e a expressar seus sentimentos, ela se reconhece como alguém capaz, valorizado e pertencente a um grupo.

Vale ressaltar que identidade e autonomia também se constroem a partir da vivência da diversidade. Promover a equidade e o respeito às diferenças é condição essencial para que todas as crianças possam desenvolver uma autoimagem positiva e relações sociais saudáveis. O reconhecimento das culturas, das histórias de vida, dos modos de ser e de se expressar que cada criança carrega deve estar presente no currículo, nas práticas pedagógicas, nos materiais utilizados e nas interações cotidianas. Essa valorização da diversidade fortalece o sentimento de pertencimento e amplia as possibilidades de construção identitária.

Dessa forma, as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem romper com modelos padronizados, autoritários ou meramente assistencialistas, assumindo uma postura ética e educativa, que veja a criança como um sujeito ativo, potente e em constante desenvolvimento. A identidade e a autonomia não se ensinam como conteúdos prontos; elas se constroem no fazer cotidiano, nas relações que se estabelecem, nas oportunidades de escolha, participação e expressão que são oferecidas às crianças.

Portanto, ao reconhecer a importância de fortalecer esses dois pilares, educadores, gestores, famílias e demais envolvidos com a educação da primeira infância devem refletir continuamente sobre suas práticas, rever seus referenciais e manter o compromisso com uma educação humanizadora, crítica e inclusiva. É necessário compreender que o cuidado e a educação caminham juntos e que cada gesto do adulto — seja ao ouvir,

acolher, orientar ou desafiar — tem impacto direto na constituição da criança como sujeito.

Conclui-se que promover a identidade e a autonomia na Educação Infantil é mais do que uma diretriz curricular: é um compromisso ético com o desenvolvimento integral das crianças, com a construção de uma sociedade mais justa e com o direito de todas as crianças a uma infância plena, respeitada e vivida em sua totalidade. Investir em práticas pedagógicas que favoreçam essas dimensões é investir na formação de indivíduos mais conscientes, críticos, empáticos e preparados para conviver, aprender e transformar o mundo em que vivem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Pequenos autores, grandes leitores: a produção de textos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria das Graças S. (Orgs.). Organização do trabalho pedagógico na educação infantil: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 2 jun. 2025.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLÖP, Maria Thereza M.; WIGGERS, Verônica. Direitos da criança à educação infantil de qualidade: fundamentos e critérios. São Paulo: MEC/Fundação Orsa, 2006.

DUBAR, Claude. A crise das identidades: a interpretação de uma mutação sociológica. Campinas: Papirus, 1997.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade na educação infantil. In: KRAMER, Sonia (Org.). Educação infantil: muitos olhares. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sociocultural. São Paulo: Scipione, 1992.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de; SALLES, Dirce Aparecida. Cuidar e educar: questões sobre a prática docente na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2015.

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1973.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.